



**MUNICÍPIO DO SEIXAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**EDITAL**

**N.º 201/2026**

**Joaquim Carlos Coelho Tavares,**  
**Vice-Presidente da Câmara Municipal do Seixal**

Torna público, nos termos e para efeitos do disposto no art.º 56.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua actual redacção, o **despacho n.º 479-VMT/2026, de 28 de maio:**

**“DECISÃO FINAL**

(nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 51.º do Regulamento sobre Ocupação do Espaço Público do Município do Seixal e 127.º do Código do Procedimento Administrativo)

**MARCO PAULO TELES GONÇALVES FERNANDES**, Vereador do Pelouro da Fiscalização Municipal, no uso da competência delegada por força do Despacho N.º 3448-PCM/2025, de 19 de dezembro, o qual foi publicado mediante afixação do Edital n.º 004/2026, de 07 de janeiro, e afixado nos lugares de estilo habituais, determina que, na continuação do Processo Administrativo **2025/500.10.301/1327**, se notifiquem:

Os proprietários, detentores e possuidores, nomeadamente **DELFIN FREIDE DOS SANTOS** cuja morada nos é desconhecida e que a qualquer título, detenham o presente terreno privado, **para que no prazo de 10 dias (úteis) procederem à poda/abate do(s) pinheiro(s) e à gestão de combustível, bem como à remoção e deposição adequada dos respetivos sobrantes, existentes no terreno privado sito na Rua Pedro Moura Sá entre os n.ºs. 70 e 73, no lugar de Fernão Ferro, na freguesia de Fernão Ferro**, pelos seguintes fundamentos de facto e de direito:

- a) A Câmara Municipal recebeu uma participação devido ao terreno privado em causa se encontrar com vegetação herbácea e arbustiva a necessitar do respetivo corte e o desbaste dos pinheiros.
- b) A Divisão de Fiscalização Municipal, no exercício das suas atribuições, confirmou a existência dos factos participados.
- c) Perante os factos verificados, e para os efeitos de notificação do respetivo proprietário ou outro que a qualquer título detivesse o terreno privado em causa, foram efetuadas diversas averiguações no local para obtenção da respetiva identificação e paradeiro, as quais foram goradas.
- d) Foi proferido, e publicitado mediante afixação de edital, o Despacho n.º 203-VMT/2026 de 11 de março, com o sentido provável da decisão para que os notificados procedessem à limpeza do terreno, e se pronunciassem em sede de audiência de interessados.
- e) Decorrido o prazo dado, os notificados não se pronunciaram nem procederam em conformidade.
- f) Com efeito, tais factos constituem indícios suficientes de que o interesse público municipal está colocado em causa, designadamente por motivos de segurança, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 1, do artigo 51º do Regulamento sobre Ocupação do Espaço Público do Município do Seixal.



## MUNICÍPIO DO SEIXAL CÂMARA MUNICIPAL

Deste modo, e tendo em consideração a situação factual descrita e o enquadramento legal aplicável, ficam V. Exas. *notificados da decisão final, que determina que, no prazo de 10 dias (úteis), procederem à poda/abate do(s) pinheiro(s) e à gestão de combustível, bem como à remoção e deposição adequada dos respetivos sobrantes, existentes no terreno privado sito na Rua Pedro Moura Sá entre os n.ºs. 70 e 73, no lugar de Fernão Ferro, na freguesia de Fernão Ferro*, para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 51º do Regulamento Municipal já referido, bem como da intenção da instauração de procedimento contraordenacional nos termos do disposto na alínea a) do artigo 58º do citado Regulamento Municipal.

Mais, deverão os notificados ficarem cientes que caso se verifique o incumprimento da ordem dada, esta Câmara Municipal, e não obstante a aplicação das respetivas coimas, pode também efetuar a devida participação criminal junto dos Serviços do Ministério Público da Comarca de Lisboa, Instância Local do Seixal, porquanto tal conduta constitui crime de desobediência, nos termos do artigo 348.º do Código Penal.

Notifique-se os interessados do texto integral deste ato administrativo, o qual determina a decisão final do presente processo, dando cumprimento ao disposto nos artigos 112.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo.

Cumpra-se observando as formalidades legais.”

Seixal, 17 de junho de 2026

O Vice-Presidente da Câmara Municipal

---

Joaquim Carlos Coelho Tavares